

Aconteceu

Roraima gasta US\$ 15 milhões em hidrelétrica fantasma

Com financiamento do exterior, o governo do estado de Roraima conseguiu gastar o equivalente a quase 80 milhões de cruzados novos (dólar oficial) para construir uma usina que não saiu do papel. Até agora, ninguém sabe dizer onde foi parar o dinheiro. O certo é que esta quantia dava para pagar um salário mínimo a 400 trabalhadores durante, pelo menos, 40 anos. Página 13.

Paulo Vitale



Fila para matrícula na escola pública: pouco investimento em salas de aula

FAE esbanja dinheiro público

Enquanto o Governo Federal, através da FAE, gasta dinheiro contratando sem concorrência serviços de amigo do Presidente Sarney, cresce a busca de vagas na escola pública que não aumenta o número de salas de aula por falta de verba. Página 7.

PDT monta central paralela de apuração para evitar fraude

Página 5

Ação pela Cidadania quer a interdição de área dos Yanomami

Última página

Anistia Internacional divulga relatório

A Anistia Internacional denunciou que os crimes em regiões rurais do Brasil continuam ocorrendo em larga escala e "frequentemente com a conivência das autoridades locais". Segundo o relatório anual da organização divulgado dia 24 em Londres, 50 camponeses, sindicalistas, índios e religiosos foram mortos em conflitos pela posse da terra no Brasil durante o ano passado.

No capítulo sobre o Brasil, dentro do relatório de 310 páginas, há um parágrafo inteiro dedicado ao assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, no Acre, em dezembro do ano passado. Além da violência rural, a organização de defesa aos direitos humanos denuncia a prática de torturas de presos nas penitenciárias brasileiras. Segundo a organização, há vários casos de presos assassinados por policiais uniformizados e fora de serviço.

Desde 1980, a Anistia Internacional registrou mais de 1.000 homicídios em regiões rurais brasileiras. Em apenas três destes casos os pistoleiros foram condenados (o relatório não citou os nomes) e em nenhum deles os mandantes foram punidos. O documento menciona o ataque a uma tribo de 60 índios Tikuna, em que 14 deles morreram, inclusive cinco crianças, e 23 ficaram feridos.

"A maior parte das vítimas foi baleada enquanto tentava escapar em canoas", acrescenta a organização que atua em quase todos os países. O capítulo do relatório dedicado ao Brasil, com duas páginas e meia, abre com o que a Anistia Internacional chama de "violência autorizada na região rural".

No parágrafo sobre Chico Mendes, o documento informa que o líder sindical de Xapuri havia sofrido seis atentados antes de ser assassinado na porta de sua casa no

dia 22 de dezembro do ano passado. Acrescenta que o sindicalista "pediu sem resultado a detenção das pessoas que o estavam ameaçando". "A polícia não cumpriu as reiteradas ordens de prisão e permitiu que eles (os assassinos) circulassem livremente pela região".

O relatório faz um elogio à nova Constituição brasileira, que passou a incluir uma referência explícita aos crimes de tortura e recusou a adoção da pena de morte. "É, sem dúvida um avanço inegável", afirmou em São Paulo, o dirigente do comitê executivo da seção brasileira da Anstia Internacional, Carlos Alberto Idoeta.

América Latina

Entre os 133 países analisados no relatório sobre o ano de 1988, a Anistia Internacional registrou melhorias no bloco socialista no que se refere ao respeito dos direitos humanos, mas apontou um preocupante agravamento das violações das liberdades individuais na América Latina. União Soviética, Hungria e Polônia foram os países comunistas onde os progressos foram considerados mais sensíveis.

Mas em compensação, a Anistia se mostrou preocupada com o aumento dos crimes cometidos por forças militares regulares e por grupos de extermínio na América Latina. "A crescente violência de grupos armados de oposição levou os governos a colocarem regiões inteiras sob controle das Forças Armadas e de milícias civis, assim como a multiplicar a violação aos direitos humanos", afirmou o relatório. Os países latino-americanos mais citados foram Colômbia, El Salvador, Guatemala e Peru. Só na Colômbia, 1.500 pessoas foram executadas sem julgamento e 250 desapareceram em 1988. (JB, 25/10/89)

Aconteceu n° 522
31 de outubro a 6 de novembro de 1989

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado n° 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 20,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 30,00

PT anuncia esta semana sua equipe de Governo

A 15 dias das eleições, a Frente Brasil Popular está apostando em transformar a campanha de Luís Inácio Lula da Silva em um momento de mobilização igual ao movimento pelas diretas em 84. Lula deverá fazer 50 comícios em grandes cidades e a arrancada começa na sexta-feira, dia 3, quando ele apresentará a equipe de Governo do PT.

Além dos grandes comícios, Lula está apostando também nas repercussões do lançamento de sua equipe. Para os petistas, o grupo consolidará na opinião pública a convicção de que Lula irá ao segundo turno, ampliando seu leque de apoios na sociedade civil.

A equipe de transição, de 70 personalidades, é formada por integrantes do PT, do PC do B, do PSB



Lígia Dutra

Lula deverá fazer 50 comícios na arrancada final

e também por intelectuais sem filiação partidária. Por orientação expressa de Lula, os petistas guardam a sete chaves os nomes de seus integrantes, da mesma forma que foi orientação do candidato a divisão da equipe em 13 áreas distintas de

atuação do Governo.

Paralelamente a essas ofensivas na reta final da campanha, a Frente Brasil Popular prepara uma manifestação de apoio a Lula de intelectuais de todo o País. (O Globo, 30/10/89)

Lula lembra morte de Santo Dias na Freguesia do Ó

De volta ao cenário da praça da matriz da Freguesia do Ó, situada na Zona Oeste da Capital e tristemente famosa por ter sido o palco, há 10 anos, de conflito entre petistas e seguranças do ex-governador Paulo Maluf (que postula pelo PDS), o candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, aceitou a polarização da discussão com o mesmo Maluf e com Ronaldo Caiado, do PDC.

Lula fez um discurso inflamado para cerca de 7 mil pessoas que compareceram ao comício (a assessoria do candidato avaliou o número de pessoas em 15 mil), lembrando a morte do metalúrgico Santo Dias, assassinado pela polícia no dia 30 de outubro de 1979 (portanto, há exatos dez anos). Durante o comício, Lula disse estar certo de que irá para o segundo turno e que vencerá a eleição. Ele denominou a União

Democrática Ruralista (UDR) de "assassina", enquanto o vice-prefeito de São Paulo, Luiz Greenhalg, foi mais direto, acusando o próprio Caiado de "assassino".

Ao dizer que Maluf não tem autoridade para falar da "dignidade" do PT, Lula lembrou que foi no incidente da Freguesia do Ó que acabou o programa de "governo itinerante", marca registrada do candidato do PDS em São Paulo. À morte de Santo Dias, os oradores somaram a do seringueiro e ecologista Chico Mendes, no Acre.

Culto

A morte de Santo Dias foi lembrada também em culto ecumênico que percorreu o mesmo trajeto de há 10 anos, com uma passeata-procissão que reuniu cerca de 3 mil pessoas, da Igreja da Consolação à Catedral da Sé, ambas no

Centro da capital. Santo Dias tinha 37 anos e participava de uma manifestação grevista quando foi morto pela Polícia Militar paulista, durante o governo Paulo Maluf, no bairro operário paulistano de Santo Amaro.

O culto reuniu três expressivos nomes do clero, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Mauro Morelli, além de dezenas de padres, intelectuais e líderes sindicais. Santo Dias era integrante da oposição metalúrgica em São Paulo e da Pastoral Operária, movimento ligado à Igreja. Em emocionado discurso, sua viúva, Ana Dias, hoje totalmente engajada na campanha de Lula, atacou Maluf, que se auto-proclama "pai dos trabalhadores". "Que pai é esse que bate e mata seus filhos?", gritou. (JB, 30/10/89)

Eleitor indeciso é a esperança de Covas para virada

O candidato do PSDB, Mário Covas, está convencido de que a maioria dos eleitores ainda não decidiu em quem votará e acompanha atentamente o movimento dos pretendentes à Presidência da República, sem considerar os índices das pesquisas. As sondagens de intenção de voto, segundo Covas, não refletem a realidade eleitoral e servem, quando muito, para induzir a fatia dos indecisos que acha importante votar em quem for dado como o preferido. "Existe aquele tipo que quer le-

var vantagem até nisso", comentou o senador, durante jantar com coordenadores de sua campanha em Alagoas.

Essa convicção foi apresentada pelo candidato do PSDB como a razão que o leva a preparar um grande comício, em São Paulo, às vésperas da eleição, na tentativa de afirmar sua candidatura. De início previsto para o dia 11 de novembro, o comício deve anteceder em um dia o do PT e, segundo se anuncia, será comparável ao que o candidato do PDT, Leonel Brizola, fez

sexta-feira passada no Rio. "Um senador que teve oito milhões de votos, depois de passar pelo teste da Prefeitura de São Paulo, não pode deixar de mostrar ao resto do país a força que detém em sua terra", aconselhava o senador Teotônio Vilela Filho (AL), ainda empolgado com o comício que, horas antes, Covas fizera em Arapiraca. O candidato do PSDB conseguiu reunir 20 mil pessoas, numa cidade que é o segundo maior colégio eleitoral de Alagoas e reduto de Col. (JB, 25/10/89)

70% votarão pela primeira vez para presidente

Cerca de 70% dos eleitores brasileiros vão votar pela primeira vez para presidente da República este ano, segundo dados de uma pesquisa divulgada dia 24 pelo presidente do IBGE, Charles Mueller. O levantamento foi feito entre outubro e novembro do ano passado e não inclui os eleitores de 16 e 17 anos. Foram consultadas 300 mil pessoas de 820 municípios, cobrindo todos os Estados.

Esta é a primeira vez que o IBGE faz uma sondagem para apurar o perfil do eleitorado brasileiro. O levantamento faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que levanta anualmente dados sócio-econômicos sobre a população. Do total de eleitores que vão votar pela primeira vez para presidente, 19% têm mais de 45 anos de idade, 76,9% estão concentrados nas áreas urbanas e 23,1% no meio rural. As mulheres são maioria, com 50,4%, e os homens são 49,6%.

A pesquisa também apurou que apenas 12,3% dos 30 milhões de chefes de domicílio admitem que a imprensa vai in-

fluenciar em sua decisão de voto. Na região Sudeste - a que tem o maior colégio eleitoral -, esse número salta para 19,5%. Outros 15,9% afirmam que os amigos e parentes influenciam seus votos. Mas 57,9% dizem não procurar nenhuma fonte de consulta. A Igreja pode influir na decisão de 1,5% e o empregador, na de 1,7%.

Ainda entre os chefes de domicílio, a maioria folgada de 56,9% acha que o voto deveria ser voluntário. E só 34,5% dizem que ele deve continuar obrigatório.

Quanto à participação em sindicatos, só 10,3% dos eleitores

são filiados e outros 4,4% fazem parte de alguma associação de classe. O maior índice de sindicalizados está na região Sul, com 13,7%, enquanto que o menor está no Norte, com 7,5%.

No geral, 67,8% dos eleitores pertencem à população economicamente ativa. Destes, 66,7% são empregados, 25,1% trabalham por conta própria e 3,8% são empregadores; 4,4% não responderam. Na classe de renda, 50,6% dos eleitores ganham até um salário mínimo por mês e mais de um quinto recebem menos de 25% do salário mínimo. (Folha de São Paulo, 25/10/89)

TSE libera debate sem todos candidatos

O TSE liberou dia 24 as emissoras de rádio e TV para promoverem debates sem a presença de todos os candidatos.

A decisão foi tomada por cinco votos a dois, durante jul-

gamento de recurso impetrado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. O TSE manteve seu julgamento de 14 de setembro. (Folha de São Paulo, 25/10/89)

PDT monta central paralela para apurar votos

Um escritório no Rio, onde já estão instalados 24 aparelhos de fac-símile, seis microcomputadores e 30 linhas telefônicas, é a chave de todo o esquema paralelo que o PDT está montando há 90 dias para acompanhar e fiscalizar a apuração dos votos desta eleição. O coordenador do sistema, deputado Luís Alfredo Salomão (RJ), é um dos poucos que conhecem o endereço da central, que funciona sob a sigla *Confia* (Coordenação Nacional de Fiscalização e Apuração). Não revela onde fica, com medo de que eventuais fraudadores de eleição sabotem a aparelhagem.

Escaldado com o caso Proconsult, em 82, que por pouco não tirou a vitória de Leonel Brizola para o governo do Rio, e convencido de que o sistema da Justiça Eleitoral não é à prova de fraudes, o alto comando pedetista decidiu não apenas acompanhar, mas checar a apuração passo a passo. Junto à pa-

rafernália eletrônica, funcionarão 500 mil pessoas, entre fiscais, operadores, analistas e advogados sempre prontos para requerer impugnação.

Como é impossível cuidar das 250 mil urnas dos quase cinco mil municípios brasileiros, o PDT decidiu rastrear os votos das 100 maiores cidades do país, onde estão 45% do eleitorado. Para isso usará, nessas cidades, pelo menos duas pessoas em cada Zona Eleitoral durante a votação. Na apuração, as equipes de plantão devem mandar uma cópia do boletim da urna para o diretório municipal do partido, que passa os dados para uma ficha de apuração - onde deverão ser considerados os primeiros cinco colocados - e os transmite para a *Confia*.

Ao mesmo tempo, os diretórios regionais estarão recebendo os números dos municípios e totalizando, em computador, os totais parciais. Essa soma, o PDT pre-

tende que seja feita simultaneamente à soma dos tribunais regionais eleitorais, para que sejam checados os dois totais, da Justiça e do PDT. Se derem resultado diferente, o partido questiona de imediato, através de requerimentos já impressos, o resultado.

Síndrome do Delta

A central do PDT estará permanentemente alimentando cinco microcomputadores, enquanto um outro mais sofisticado permitirá que o partido, com essas informações, faça projeções de resultados, some os totais parciais das 100 cidades, acompanhe o andamento da apuração em todos os estados e detecte fraudes. O PDT estará atento, principalmente, ao número de votos brancos e nulos, justamente o que quase permitiu a fraude em 82, o que ficou conhecido como "diferencial Delta". (JB, 26/10/89)

Sem dinheiro em caixa Brizola lança bônus

Com o caixa de campanha minguado para a reta final da disputa sucessória, o PDT resolveu lançar mão de uma campanha de bônus para arrecadar recursos entre seus militantes e a população. Já estão sendo distribuídos para todo o país, através dos diretórios municipais, 15 milhões de bônus, nos valores de dez, cinquenta, cem e quinhentos cruzados novos. Com isso, o partido espera conseguir o suficiente para cobrir o custo de uma despesa de emergência: despejar material de propaganda nos estados de Minas Gerais e São Paulo - onde o candidato Leonel Brizola tem dificuldade para conquistar o eleitorado - e na re-

gião Nordeste, onde a campanha vai se concentrar a partir da próxima semana.

A dificuldade de recursos é tão grande que a orientação do partido para militantes e parlamentares é que cada um reproduza plásticos, panfletos e adesivos de acordo com a disponibilidade de seus recursos pessoais.

"É por isso - lembra um dirigente do partido - que o visual da campanha não é unificado. Cada um faz o adesivo que pode pagar". Os deputados estaduais que coordenam a campanha pedetista na Baixada Fluminense, por exemplo, estão lançando mão de recursos primários para fazer material

de propaganda, como mimeógrafo e xerox. A romaria de militantes ao prédio da Avenida Atlântica onde mora Brizola e onde está instalado seu principal comitê é interminável. todos vão até lá em busca de material e saem todos de mãos vazias. A central de distribuição de material para os outros estados, também em Copacabana, já não tem muito o que distribuir. O PDT pretende ainda imprimir 100 milhões de reproduções da cédula eleitoral para distribuir nas vésperas da eleição e na boca de urna. Para economizar, o modelo do PDT terá 16 cm X 8 cm, metade do tamanho da cédula oficial. (JB, 27/10/89)

Formação de professor é superficial e fraca

Os nove mil professores de 1º grau que saem anualmente das escolas normais do Estado do Rio formam-se com currículos extensos demais, onde as disciplinas são abordadas superficialmente, lidam com bibliografia ultrapassada e não sabem aquilo que, formados, passarão a ensinar. A avaliação acaba de ser feita pela Secretaria de Educação do estado, que reuniu representantes das 157 escolas fluminenses de formação de professores para analisar sua qualidade e modi-

ficar, a partir daí, seu funcionamento. Resolvemos puxar o fio da questão da má qualidade do 1º e do 2º graus: a formação do professor. Mexendo nisso, que é a base da educação, estaremos mexendo em todos os níveis de ensino", diz a professora Amélia Maria Queiroz, diretora do Departamento Geral de Ensino da secretaria.

Lidando com 15 a 16 disciplinas por ano - quando o ideal seria não passar de 10 ou 11 - os futuros professores às vezes têm carga de ape-

nas uma hora semanal para algumas delas. "É a mesma coisa que não ter nada", diz Amélia Maria. Ela atribui o problema à Lei 5.692, que criou o ensino profissionalizante e obrigou "todo mundo a saber tudo". A esse problema somam-se outros. As aulas de Didática, por exemplo, apenas induzem o futuro professor a adotar determinado método, em vez de conduzir à reflexão. E os critérios de avaliação são mecânicos. (JB, 23/10/89)

Solução virá em 90

Até o fim do próximo mês, a Secretaria de Educação pretende concluir, para pôr em prática no ano que vem, algumas propostas para sanar as principais falhas detectadas nas pesquisas feitas nas escolas de formação de professores do estado. A primeira providência é *enxugar* o currículo do curso.

Para diminuir o número de disciplinas de cada ano letivo de 15 para cerca de dez e aumentar suas cargas horárias, a idéia é reunir as matérias afins, que passarão também a ser dadas pelo mesmo professor.

A médio prazo, será preparado, ainda, um projeto para as faculdades de Pedagogia modificarem a formação dos professores de Didática. Eles deixariam de ser polivalentes, para saírem da faculdade especializados na orientação de uma única disciplina. (JB, 23/10/89)

Fundação debate novo plano

A Fundação Educacional começou a distribuir em toda a rede oficial 8 mil boletins especiais de esclarecimento sobre o novo plano de carreira encaminhado pelo governador Joaquim Roriz ao Senado Federal.

A diretora-executiva da Fundação Educacional, Malva Queiroz, informou que, paralelamente à distribuição, está promovendo reuniões setoriais com grupos de professores para detalhar as vantagens oferecidas pelo novo plano. Ela acusou o Sindicato dos Professores de criar "um clima de terrorismo" e "deturpar" informações repassadas à categoria.

Malva disse não acreditar que os professores deflagrem nova greve durante a assembléia de sábado. Ela lembrou que uma paralisação agora poderá inviabilizar o ano letivo, cancelando as férias coletivas previstas para janeiro, com extensão do calendário escolar. (Correio Braziliense, 20/10/89)

Telefonema de Secretária evita demissões no CEE

Um telefonema da Secretária estadual de Educação, Fátima Cunha, prestando solidariedade e afirmando que a nota oficial da Secretaria e do Governo do Estado publicada nos jornais não se referia ao Conselho Estadual de Educação (CEE), impediu dia 19 pela manhã a demissão de nove membros do Conselho.

Revoltados com o teor da nota que interpretaram como sendo de críticas ao Conselho, assinaram uma carta de demissão mas recua-

ram diante do telefonema, decidindo aguardar informações da Secretária para voltar a discutir o assunto.

A nota oficial da Secretaria, intitulada "em defesa da escola pública, em defesa da escola particular, contra a especulação", acirrou ainda mais a relação entre o Conselho e a Secretária. Os conselheiros estão revoltados com os vetos do Governo às três deliberações já elaboradas pelo CEE. O clima estava tenso pela manhã, quando, em

reunião fechada que durou duas horas, os conselheiros presentes, ao lerem a nota, decidiram pela demissão.

A notícia vazou para a Secretária, que ligou para o CEE. Segundo disse em plenário a Conselheira Edília Coelho Garcia, a Secretária chegou a afirmar que iria pessoalmente na próxima reunião do CEE para apresentar suas desculpas, versão que foi negada posteriormente por Fátima. (O Globo, 20/10/89)

FAE favorece amigo do presidente Sarney

A fundação de Assistência ao Estudante (FAE), do Ministério da Educação, contratou a produção de 510.000 exemplares de um mapa histórico sem realizar concorrência pública.

Foram favorecidas a Editora Alhambra e Artenova. Esta última é de propriedade do senador Álvaro Pacheco (PFL-PI), irmão da diretora de apoio didático pedagógico da FAE, Teresa de Jesus Pacheco Rodrigues Velho. Agora, a FAE está preparando a edição de um livro, com o mesmo conteúdo do cartaz - fotos de presidentes e informações históricas. Novamente, sem concorrência pública. Álvaro Pacheco é amigo do presidente Sarney.

Cada um dos mapas históricos custou à FAE NCz\$ 3,13. Um gasto total de NCz\$ 1.596.300,00 segundo a nota de empenho 89NEOO992. Na proposta inicial, a Alhambra propunha o preço de NCz\$ 4,39. No mesmo mês, a Gráfica Editora Michalany, de São Paulo, cobraria NCz\$ 0,80 por um produto similar. O dinheiro gasto a mais daria para distribuir 1 milhão de cadernos.

No Diário Oficial de 18 de setembro, foi publicado um aditamento ao contrato de compra dos cartazes, autorizando a aquisição de mais 127.500 unidades - mais NCz\$ 399.075,00. Um fato curioso: no processo da FAE, a Alhambra aparece com dois números de CGC:

32.291.619/0001 e 24.904.237/0001.

No processo realizado para a confecção dos cartazes, há um parecer da Procuradoria Jurídica da FAE (Projur) recomendando a realização de concorrência.

"A síntese histórico-biográfica de todos os presidentes poderá ser encontrada hoje em diversas enciclopédias. (...) Recomendo a abertura de processo licitatório, onde a FAE possa, mediante justa e legítima opção, adquirir aquilo que mais convém ao serviço público", afirma o parecer, assinado por Sandra Vasconcelos, chefe da Divisão Legal, e referendado por José Carlos Peixoto Guimarães, procurador da Projur. (Folha de São Paulo, 27/10/89)

Cresce busca de vagas

Encerrada a primeira semana da matrícula antecipada do ciclo básico (1º grau) das escolas públicas, as secretarias estadual e municipal de Educação prepararam o balanço da procura de vagas. O resultado indica um aumento, significativo, de 8,6%, na procura pelas escolas da rede oficial de ensino, diretamente proporcional ao crescimento populacional e à decepção dos pais com os altos preços do ensino particular.

Nas escolas estaduais, o número de crianças inscritas para a primeira série, até a última sexta-feira, é de 66.400 alunos na capital e 75.834 na Grande São Paulo, o que dá um total de 142.234 alunos para 360.000 vagas previstas (que devem ser preenchidas até o início do ano letivo). Isso equivale a um aumento de 8,6% em relação ao número de inscritos na primeira semana de matrículas do ano passado. A região mais procurada foi a Zona Leste da cidade, com 26.850 inscritos.

As escolas municipais ainda não decidiram o que fazer para atender seus alunos excedentes e não têm dados precisos em comparação ao ano de 89. Segundo Dirce Gomes, assessora técnica da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa do município (Conae), a Prefeitura deve redistribuir as vagas de acordo com a proximidade da residência da criança. Até sexta-feira, 50.494 crianças se matricularam na primeira série da rede municipal. (O Estado de São Paulo, 24/10/89)

Orçamento afeta ensino

A crise na oferta de vagas nas escolas públicas é consequência direta do corte de verbas para a educação empreendido pelo governador Orestes Quéricia nos dois últimos orçamentos. Em 88, Quéricia reduziu de 30,4% para 26,5% da receita tributária o total gasto em Educação pelo Estado. No orçamento deste ano, o corte foi mantido. Sem dinheiro, a Secretaria de Educação ficou, de janeiro a agosto, sem levantar uma única sala de aula. As poucas inaugurações de escolas que houve em 89 foram de obras iniciadas em 88 e 87.

Para adequar a oferta de vagas à demanda de alunos apenas na Grande São Paulo, a rede estadual necessitaria de pelo menos mais duas mil salas de aula. Isso impediria que as escolas fossem obrigadas a trabalhar com mais de 35 alunos por classe e a criar o chamado turno intermediário para abrigar o excesso de estudantes.

Se já é inadequada a situação das escolas estaduais para 90 seria ainda pior se Quéricia não houvesse liberado, como verba suplementar, à Secretaria de Educação NCz\$ 70 milhões em agosto. Com esse dinheiro começaram as construções de 504 novas salas de aula que, até fevereiro, devem estar prontas. Por seu lado, a prefeitura, que trabalha com orçamento herdado da administração Jânio Quadros, fechará o ano sem ter iniciado a construção de uma única escola. (O Estado de São Paulo, 22/10/89)

Precaução

O candidato Fernando Collor de Mello subiu dia 24 a Rocinha deixando em casa o seu relógio Rolex Oyster Submarines - que vale uma pequena fortuna. (Informe JB, 25/10/89)

Superproteção

É de kvelar, um material específico à prova de bala, o colete que Fernando Collor de Mello usa.

Parece uma camiseta, mas é mais resistente do que aço e reveste as costas, o peito e a região próxima à virilha do candidato. (Informe JB, 25/10/89)

Lulalá

Lula disparou na capital da República e já é o preferido dos brasilienses.

Em uma semana, saltou de 19,2% para 25% das intenções de voto no Distrito Federal, enquanto Collor, ex-líder, fez o caminho inverso: despencou de 24,2% para 19,7%. Covas aparece em terceiro, com 10,2%, e Brizola amarga a 4ª colocação, com 9,2%.

Os dados são da última pesquisa do Soma Opinião e Mercado, divulgada segunda-feira, que ouviu 600 pessoas no Plano Piloto e cidades-satélites, entre os dias 20 e 21 de outubro. (Informe JB, 25/10/89)

Concessionário

Ao ser consultado na noite da última quinta-feira sobre a candidatura Silvio Santos, Marco Maciel lembrou que o empresário poderia ser inelegível por estar ligado a uma concessionária de comunicação. (Painel FSP, 25/10/89)

Uma pergunta

O TSE liberou a realização de debates com número limitado de candidatos.

E o debate da TV Globo? (Informe JB, 26/10/89)

Pensando bem

No PRN revê-se a avaliação de que Lula seria o adversário ideal de Collor no segundo turno. Lula cresce rapidamente e as declarações de Brizola favoráveis ao PT no segundo turno assustaram Collor. (Painel FSP, 25/10/89)

Falta

Adesivo montado que circula em São Paulo: "Não há fif". (Painel FSP, 25/10/89)

Reunião

A reunião dos economistas do PDT dia 18 na casa de Brizola reuniu os seguintes quadros do PDT: César Maia, Roberto Mangabeira Unger, Tito Riff, Roberto Viana e Luís Salomão. (Painel FSP, 25/10/89)

Consenso

Na reunião não ocorreu o esperado confronto entre Maia e Unger. Houve mesmo consenso e agora um dos economistas está redigindo um texto com as conclusões do encontro. (Painel FSP, 25/10/89)

Realismo

O documento deverá ser um programa de emergência realista para o caso de Brizola assumir o governo. (Painel FSP, 25/10/89)

Bravo

Jânio Quadros ficou muito irritado quando soube que sua filha, a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), decidiu apoiar Lula. (Painel FSP, 25/10/89)

Daquele Tempo

Tutu promete subir nos palanques de Lula ainda no primeiro turno. Ela sabe que seu pai não vai gostar: "Ele é do tipo que pensa que o Lula come criancinhas". (Painel FSP, 25/10/89)

Atento

Mário Amato ficou até 1h da manhã assistindo Lula no programa "Vamos sair da crise", dia 25. Disse que achou boas as posições do candidato sobre Hungria, tecnologia e reforma agrária. Parece que Amato está tentando se redimir. (Painel FSP, 26/10/89)

Areia

Um "incidente" musical quase terminou com a festa preparada para comemorar a entrega do título de cidadão de São José dos Campos (SP) ao diretor do CTA, brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla. (Painel FSP, 26/10/89)

Pano rápido

A solenidade foi encerrada pelo coral "Última Hora" cantando "Pra Não Dizer que Não Falei de Flores", de Geraldo Vandré, hino de protesto das décadas de 60 e 70. O mal-estar foi geral. (Painel FSP, 26/10/89)

Sorte

A secretária do deputado Ricardo Izar, um dos coordenadores da campanha de Afif, ganhou um carro no programa "Porta da Esperança", de Silvio Santos. (Painel FSP, 26/10/89)

Ajudinha

Marisa, a mulher de Lula, reagiu com humor a Maluf, que afirmou que ela teme "não dar conta de lavar tantas vidraças" do Palácio do Planalto. Marisa até convidou Sílvia Maluf para ajudá-la na tarefa. (Painel FSP, 26/10/89)

Dúvida

"Para mim, não há nenhum problema. Eu só não sei se ela tem competência para isso", afirmou a mulher do candidato do PT. (Painel FSP, 26/10/89)

Demais

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) aposta que Co-vas será um grande sucesso editorial em 90 se decidir lançar o livro "O segredo do meu fracasso". A receita é ser bem sincero. (Painel FSP, 26/10/89)

Lavra

A Cooperativa dos Garimpeiros de Antônio Dias, presidida por Fran Martins, diz que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) concedeu o direito de lavra a uma empresa formada por estrangeiros. (Painel FSP, 26/10/89)

Na rua

De um guarda de trânsito para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sexta-feira: "Medeiros, colloriu hem...". (Painel FSP, 26/10/89)

Inacreditável

A eventual candidatura do animador Sílvio Santos, orquestrada no Palácio do Planalto, não pode ser levada a sério.

E a galhofa já ganhou as ruas:

Circula nos corredores do SBT que, eleito, Sílvio Santos pretende desativar o Conselho Monetário Nacional, que hoje reúne empresários e governo.

Vai substituí-lo por uma equipe de jurados.

Não é verdade, contudo, que cogite de Sérgio Malandro para o Ministério do Trabalho.

Mas o palhaço Bozo na Justiça... quem sabe? (Informe JB, 26/10/89)

Militância

Metalúrgicos do ABC paulista inauguraram nova forma de campanha pró-Lula.

Como a maioria é de migrantes nordestinos, os operários estão enviando carta para familiares pedindo voto para o companheiro Lula.

Um deles, da Mercedes Benz, chegou até a cortar a mesada que mandava para os pais até eles desistirem de votar em Collor. (Informe JB, 26/10/89)

Eficiência

Um prêmio Saltimbanco, distribuído dia 24 pela Escola Nacional do Circo, no Rio de Janeiro, chegará às mãos do prefeito Marcello Alencar.

É a categoria *Quem mais atrapalhou a arte circense*.

A ela concorreram: a televisão, os governos estadual e federal, as prefeituras e os falsos empresários. (Informe JB, 26/10/89)

Negociação

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros, foi visto dia 25 rondando a porta da toda-poderosa Federação das Indústrias de São Paulo, duas horas depois da reunião matinal de negociação da categoria.

A porta dos fundos. (Informe JB, 26/10/89)

Em campanha

O PT contabilizou:

De maio até o início de outubro, o candidato Luís Inácio Lula da Silva reuniu 850 mil pessoas em seus 102 comícios pelo país - 51 nas capitais e 51 no interior.

Isto dá uma média de um comício a cada dois dias, reunindo em torno de 10 mil pessoas cada. (Informe JB, 26/10/89)

Roubalheira

O candidato Leonel Brizola disse em Montes Claros (MG) que transformaram o Brasil no "maior centro de roubalheira internacional da história da humanidade", que antes era a China. (Informe JB, 26/10/89)

Interesses

No Brasil, os interesses paroquiais continuam se sobrepondo aos interesses nacionais.

Primeiro foi o presidente José Sarney que inventou a candidatura Sílvio Santos para tentar evitar no seu Maranhão o avanço do senador João Castelo, o adversário político que colloriu.

Dia 26, o presidente da República em exercício, Paes de Andrade, não fez outra coisa a não ser cuidar dos interesses do seu Ceará.

Liberou verba de NCz\$ 1,1 milhão para terminar a construção de 1.500 casas populares em Fortaleza, atendendo a um pedido do vereador Durval Ferraz. (Informe JB, 27/10/89)

Parabéns

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dia 26, deu um presente sentimental ao seu ex-presidente Lula - que completou 44 anos dia 27 em grande festa na sede da entidade.

Não conseguiu recuperar a tempo com a Villares o primeiro turno onde Lula trabalhou. (Informe JB, 27/10/89)

Momento de decisão

A propaganda eleitoral gratuita no segundo turno terá 40 minutos diários, divididos igualmente entre os dois candidatos no páreo pela Presidência.

Começa dia 28 de novembro e termina dia 14 de dezembro, três dias antes do pleito final. (Informe JB, 27/10/89)

PF investiga escravidão em fazenda no Pará

A Superintendência da Polícia Federal (PF) no Pará enviou uma equipe de agentes à fazenda Espírito Santo, em Xinguara (942 quilômetros ao sul de Belém), para investigar denúncia de trabalho escravo. A denúncia foi feita dia 20 em Belém pelo agricultor José Pereira Ferreira, 17, que disse ter conseguido fugir da área.

Segundo seu depoimento à PF, a fazenda - propriedade de Benedito Mutran Filho - mantém sob cárcere

privado, com práticas de espancamento e tortura, outros 49 trabalhadores rurais.

A coordenadora de Comunicação Social da PF em Belém, Mirthes Nabuco, disse não acreditar que a demora no envio dos agentes à fazenda possa contribuir para o escamoteamento da situação.

Afirmou que a investigação estava fora do orçamento da PF no Pará e que foi preciso pedir verbas à PF

em Brasília.

O fazendeiro Mutran Filho, disse que a denúncia "não passa de uma safadeza orquestrada para denegrir o meu nome". Afirmou que não mantém trabalho escravo na sua fazenda, de 7 mil hectares, e que Ferreira nunca trabalhou no local. Segundo a Delegacia Regional do Trabalho, há no Pará cerca de 70 fazendas que mantêm regime de escravidão. (Folha de São Paulo, 22/10/89)

Sindicato acusa empreiteiras de Campos de exploração

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos enviou à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e à Secretaria Estadual do Trabalho no Rio de Janeiro uma relação de 23 empreiteiras que, segundo José Rodrigues, estão explorando os bóias-frias. As empreiteiras são as seguintes: M.G. Empreiteira Ltda; M. Moreira da Silva Prestação de Serviços de Lavoura; Luiz Carlos Alves Máquinas Agrícolas; L.M. Azevedo Filho Empreiteira; Santos Empreiteira; L. Pereira Serviços Gerais na Lavoura; J. Penha Rocha; J.J. Serviços Agrícolas Ltda; Manhães Manutenção e Conservação de Lavoura; Evaldo Carneiro Serviços de Limpeza, Corte e Embarque de Cana; Domingos Barbosa Ltda; Empreiteira J.B.S. Ltda; Kaiana Ltda; Empreiteira Kaue; João Teixeira Corte e Embarque de Cana; Domingos Barbosa Ltda;

Condeagri Contratação de Serviços Agrícolas; Corte Serviço Agrícola Ltda; Ventura Silva; Serviços Agrícolas; Batista Alcântara; Alves da Silva; Jacinto da Rocha Conservação e Manutenção de Lavoura e Carlos Alberto Rodrigues Abubos e Cortes.

Segundo José Rodrigues, há pelo menos outras 30 empreiteiras "fantasmas" que estão sendo investigadas pelo Sindicato e que não cumprem o acordo trabalhista da categoria. O sindicalista denuncia, ainda, que, em alguns casos, as próprias usinas estão por trás das empreiteiras, que seriam uma espécie de subsidiárias.

No dia 21 chegou a Campos o Presidente do Sindicato dos Usineiros e da Coperflu, Evaldo Inojosa de Andrade, ex-Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e dono da Usina de Outeiro, uma das

acusadas pelo Subsecretário estadual do Trabalho de explorar mão-de-obra de menores, e que poderá ter sua prisão preventiva decretada. Inojosa não comentou as acusações. (O Globo, 22/10/89)



José Rodrigues: mais 30 "fantasmas"

Lela e assine

tempo e presença

Uma publicação do CEDI

Inkra é acusado de comprar latifúndio

O governo federal, através do Incra, usou 400.500 Títulos da Dívida Agrária para adquirir em Pernambuco 15,6 mil hectares de terras pertencentes à Usina Caxangá, de propriedade da Agropecuária Amanapi. Este fato foi levado dia 26 como denúncia ao conhecimento do ministro da Justiça, Saulo Ramos, pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, que acusou o governo de estar usando 1 milhão e 500 mil dos 5 milhões de títulos agrários na aquisição de terras improdutivas, através de acordos com latifundiários.

O ministro Saulo Ramos pediu aos líderes do Movimento dos Sem-Terra e de outras entidades pró-reforma agrária que estiveram em seu gabinete que formalizassem a de-

núncia em documento que prometeu enviar imediatamente para análise dos ministros da área econômica. Com um extenso dossiê, sobre a violência no meio rural que entregaram ao ministro, os líderes dos sem-terra pediram punição para os responsáveis pelo assassinato de 37 trabalhadores rurais este ano. Solicitaram também ao ministro que interfira junto à Justiça para que sejam libertados sete posseiros presos em conflitos de terra nos estados do Paraná e Santa Catarina. Além disso, pediram a exoneração do delegado de polícia Ricardo Lessa, que no dia 29 de agosto, "sem nenhum motivo", prendeu e torturou o lavrador Ivan Brito de Assis, no Espírito Santo. (JB, 27/10/89)

Reforma agrária terá verba pequena

Se depender da herança orçamentária que o presidente José Sarney está deixando para o futuro governo, o próximo presidente da República terá pouca coisa para fazer em termos de reforma agrária no Brasil. A proposta de orçamento que o Ministério do Planejamento enviou ao congresso no dia 2 de outubro permitirá que o presidente a ser eleito disponha em seu primeiro ano de governo de apenas NCz\$ 485 milhões para executar ações de reforma agrária no país.

O orçamento, segundo cálculos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vai obrigar o futuro presidente a desapropriar, no máximo, áreas de terras equivalentes a 465 mil hectares, o que é suficiente para assentar 7.300 famílias de trabalhadores rurais, pouco mais de 0,1% do total de oito milhões de sem-terra existentes hoje no país, de acordo com estimativas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agri-

cultura (Contag) e do Movimento Nacional dos Sem-Terra.

Esta realidade orçamentária deixou em pânico os setores que nos últimos anos se mobilizaram e lutaram por uma reforma agrária que contemplasse o grande contingente de sem-terra espalhado por todo o país e desse solução para as centenas de conflitos agrários que provocaram, desde 1985, o assassinato de 945 trabalhadores rurais. "A proposta de orçamento é mais uma prova de que o governo que termina passou todos os seus cinco anos apenas prometendo fazer reforma agrária. Isto prova também que o governo defendeu apenas os interesses dos grandes latifundiários, que, aliados com os grandes empresários urbanos e o capital financeiro, colidiram com os reais interesses da reforma agrária", diz o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Celso Queiroz. (JB, 23/10/89)

50 famílias ocupam o Incra em Goiânia

Cerca de 50 famílias sem terra ocuparam dia 20 a sede do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra), em Goiânia (GO). Elas decidiram que somente vão deixar o local quando for definido o assentamento na fazenda Farinha Molhada, na região norte do Estado. O assentamento depende da imissão de posse, o que ainda não aconteceu por falta de recursos do Incra para desapropriar a fazenda.

A fazenda Farinha Molhada tem 1.603 hectares e foi incluída no projeto de reforma agrária por um decreto do governo federal. Segundo o líder dos invasores, Sebastião Martins Meneses, as famílias foram expulsas da fazenda por jagunços.

Em Jacareí (69 quilômetros a nordeste de São Paulo), 500 famílias tomaram posse, dia 20, de uma área de sete alqueires, no bairro de Parateí. A área foi comprada por NCz\$220 mil.

A compra foi feita a partir de um depósito de NCz\$ 200 feito por cada família, entre junho e setembro, em conta aberta na Caixa Econômica Federal. A conta foi aberta em nome da União dos Sem-Teto e Sem-Terra de Jacareí. Mais NCz\$ 250 foram depositados entre setembro e outubro.

A ocupação do terreno, localizada no quilômetro 6 da rodovia Dom Pedro I, começou na segunda-feira. As casas devem ser construídas em regime de mutirão.

A compra da área ocorreu após três ocupações da área, ocorridas em abril, maio e junho. Em todas elas, os proprietários obtiveram a reintegração de posse na Justiça e os invasores foram retirados por contingentes da Polícia Militar. (Folha de São Paulo, 22/10/89)

Para secretaria, Aramar ameaça meio ambiente

O Centro Experimental de Aramar, em Iperó (125 km a oeste de São Paulo) está processando urânio em forma de gás, com aquecimento a até 85 graus centígrados. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, de junho de 88, revela que o aquecimento acima de 56 graus pode provocar vazamento do gás, em caso de falha operacional. O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazareth, tem afastado a possibilidade de acidente radiativo em Aramar.

De acordo com o EIA, o superaquecimento pode causar fissura em equipamentos devido à falha no material e, como carga poluente, o fluoreto de urânio (elemento químico composto de urânio), se for liberado na atmosfera, pode atingir as águas superficiais - rios, lagos e lagoas - "em poucos minutos". O EIA recomenda que Aramar elabore e divulgue as análises de riscos



Sônia d'Almeida

Com Gabeira, Sirkis e Minc, os verdes receberam Walde no consulado alemão

de acidentes, para demonstrar que sua "baixíssima probabilidade de ocorrência".

O Centro Experimental de Aramar faz parte do programa nuclear paralelo, fora das salvaguardas da Agência Internacional de Energia

Atômica (Aiea), em Viena, na Áustria. Para o ecologista Francis Monteiro, do Movimento Popular Antinuclear de Sorocaba, a falta de informações sobre a unidade é lamentável. (Folha de São Paulo, 26/10/89)

Acordo nuclear gera protesto do Partido Verde

Aproveitando a presença no Rio do secretário-geral do Partido Verde alemão, Ebrhard Walde, 30 militantes do Partido Verde Brasileiro fizeram manifestação contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha, diante do consulado da República Federal da Alemanha, no bairro de Laranjeiras (Zona Sul).

Fernando Gabeira, presidente do partido e candidato à Presidência, o vereador Alfredo Sirkis e o deputado estadual Carlos Minc entregaram ao cônsul, Hans Dunker, carta-manifesto endereçada ao primeiro-ministro Helmut Kohl. Na carta, os *verdes* argumentam que o acordo foi assinado precisamente no ano (1975) em que a Alemanha Ocidental decidiu parar de construir novas usinas em seu território.

A manifestação é parte do esforço conjunto do partidos verdes dos

dois países para conseguirem apoio político para a anulação do acordo. Isso porque os deputados *verdes* alemães apresentaram ao parlamento proposta de anulação do acordo, com o apoio do SPD (Partido Social Democrata) - quando ele foi celebrado, o partido do governo era precisamente o SPD, do primeiro-ministro Helmut Shmidt, que apoiou a transferência de tecnologia nuclear.

O lixo radiativo

No Brasil, o deputado Fábio Feldmann (PSDB) encaminhou ao Congresso, dia 5, um projeto de lei propondo o rompimento do acordo. Segundo Gabeira, existe uma frente ambientalista no Congresso Nacional, com 117 parlamentares. Ebrhard Walde, que veio ao Brasil para conhecer de perto os problemas de desmatamento na Amazô-

nia, disse que, se não for anulado, o acordo - previsto para durar 15 anos - continuará por mais 5 anos. A proposta do PV alemão será votada no dia 16 de novembro e, por enquanto, a maioria dos 520 parlamentares apóia a manutenção do acordo.

O tratado previa a construção de oito usinas nucleares. Razões financeiras levaram as autoridades brasileiras a adiar indefinidamente ou cancelar a construção de seis delas, mantendo-se, porém, os planos de construção de Angra II e Angra III. Gabeira comentou que esse acordo nuclear deu ao Brasil nesses 14 anos, um prejuízo de US\$8,5 milhões, sem nenhum benefício social. "Além de tudo, ainda sobra o problema do lixo radiativo, que nem na Europa está resolvido", comentou o deputado Carlos Minc. (JB, 25/10/89)

Roraima gasta US\$ 15 milhões para obra que não existe

Um dos canteiros de obras mais caros do País está instalado em Roraima, perto do município de Alto Alegre, centro-oeste do Estado, junto a uma estrada que liga o nada a lugar nenhum. Esse empreendimento, antes de sair do papel, já custou aos cofres públicos US\$ 15 milhões - uma dívida a ser paga pelo Governo do Estado a partir do próximo ano. Caso o Estado não possa saldar a dívida com os bancos internacionais, a União - avalista do antigo Governo do Território - terá que arcar com a dívida.

Na semana passada, autoridades

federais fizeram uma inspeção no local onde deveria ter sido erguida a usina e ficaram espantados com o que viram: um imenso canteiro de obras praticamente abandonado.

O dinheiro foi captado no exterior para dar início aos projetos e obras que serviriam de base para construção da hidrelétrica de Paredão cujo projeto foi feito em 1984.

A conclusão da usina de Paredão custaria hoje US\$ 85 milhões, segundo a Eletronorte. A represa seria construída no Rio Mucajaí, a 130 quilômetros a Oeste de Boa Vista, Capital do Estado. A produ-

ção de energia estava estimada em 54 megawatts (MW), suficiente para abastecer a capital do Estado, que vive em constante racionamento.

Hoje, o abastecimento de Boa Vista está a cargo da Eletronorte. Três usinas termoelétricas - à base de óleo diesel - produzem 22 MW, enquanto o consumo é de 21 MW. Essas usinas queimam 120 mil litros de diesel por dia, que custam aos cofres públicos NCz\$ 60 mil.

Dois turbogeradores de Manaus - também a óleo diesel - serão transferidos para Boa Vista, que tem hoje 22 mil consumidores.

O que se faz com 15 milhões de dólares

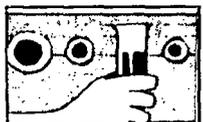
Para construir apenas o canteiro de obras da Usina de Paredão, em Roraima, foram gastos US\$ 15 milhões dos cofres públicos, quantia que poderia ter sido gasta atendendo a outras prioridades sociais.



Hoje, 70% dos trabalhadores ganham o piso nacional de salário. De posse dos US\$ 15 milhões, poderia ser pagas um piso nacional de salário (hoje valendo NCz\$ 381,73) a 400 trabalhadores brasileiros durante toda a sua vida profissional, que dura em média 40 anos, o que sustentaria um total aproximado de 1.600 pessoas.



O valor de uma cesta básica de alimentos este mês é de NCz\$ 496,84. Os recursos gastos apenas na instalação do canteiro de obras da Usina de Paredão dariam para comprar 144.915 unidades de cestas básicas, que seriam capazes de alimentar 400 famílias de trabalhadores durante 30 anos.



Para o Brasil se tornar totalmente auto-suficiente na produção de vacinas e imunobiológicos, seriam necessários US\$ 60 milhões para construção de um Centro de Biotecnologia. Um quarto destes recursos desapareceu no canteiro de obras de Roraima sem trazer nenhum benefício à população. (O Globo, 25/10/89)

Ibama realiza 1º levantamento sócio-ambiental em RO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) vai realizar nos 4,5 milhões de hectares de Floresta Nacional de Roraima o primeiro levantamento sócio-econômico-ambiental para determinar que tipos de atividades podem ser desenvolvidas na região sem o perigo de causar danos ao ecossistema. Concluído o estudo, o resultado será entregue ao governo que, dependendo de suas conveniências,

abrirá licitações públicas a empresas de capital nacional para a exploração racional de todos os recursos naturais disponíveis nas áreas mapeadas.

"Vamos fazer um verdadeiro inventário mineral em Roraima", revelou o presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, adiantando que o plano surgiu para evitar a exploração indevida das espécies vegetais que formam as áreas de

Florestas Nacionais do estado.

Os técnicos do Ibama vão dividir a Floresta Nacional de Roraima em várias zonas: de acordo com a especificação do solo, clima, vegetação, relevo e situação fundiária. Para cada uma dessas zonas será elaborado um programa específico. O projeto do governo prevê o assentamento de pequenas unidades industriais para a exploração madeireira e mineral. (JB, 24/10/89)

Inflação dos anos 80 chega a 921.696%

Nos últimos oito anos - de janeiro de 81 a dezembro de 88 -, o Brasil conheceu uma inflação de 921.696%, com base na variação do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), que explica em parte a queda de 1,3% na renda per capita do país na década de 80. A revelação é do Anuário Estatístico de 1988, divulgado semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também traça um bom quadro da distribuição de renda no país: dos 104 milhões de brasileiros com mais de dez anos de idade, 33% possuem uma renda mensal de dois salários

mínimos (NCz\$ 763,46) enquanto apenas 1,43% dessa população recebe mais de vinte salários (NCz\$ 7.634,60). Dos 59,5 milhões de trabalhadores que compõem a População Economicamente Ativa, 27,9 milhões ganham apenas dois pisos salariais por mês e representam 46% do total de assalariados.

O número de trabalhadores que ganham apenas um salário mínimo mensal chega a 14,8 milhões, o que equivale a 24% da PEA. O anuário do IBGE constata ainda que 42,1 milhões de pessoas simplesmente não possuem qualquer tipo de rendimento. (JB,30/10/89)

Servidor federal terá reajuste de até 253,24%

A Ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, apresentou dia 26 as modificações introduzidas pelo novo plano de padronização salarial dos servidores públicos federais que, com os aumentos concedidos à categoria pela Medida Provisória 95, baixada esta semana pelo Presidente Sarney, resultará em reajustes entre 133,39% e 253,24% nos rendimentos dos funcionários em novembro. Esta é a primeira etapa de um projeto que vem sendo desenvolvido, desde julho, pelo Ministério do Trabalho em conjunto com a Seplan, e irá contemplar cerca de 300 mil funcionários da administração direta - Ministério e suas autarquias.

Apesar dos elevados percentuais aplicados aos salários destes servidores, sua repercussão sobre a folha de pagamento do funcionalismo, em novembro, será de apenas 8,9%. "O impacto é pequeno porque contempla os segmentos com menor nível de remuneração" - explicou a Ministra.

Dorothea Werneck ainda não sabe avaliar se o impacto dessas medidas implicará necessidade de receita adicional no orçamento do Governo. Ela observou também que os percentuais de reajuste inscritos nas tabelas não serão repassados integralmente aos servidores das autarquias, que já conseguiram aumentar por decisão judicial. Estes receberão somente os 26,06% a título de reposição de perdas durante o Plano Bresser. Os demais receberão os percentuais integrais. Para as funções de nível superior, em novembro, o menor salário será de NCz\$ 3,7 mil e o maior de NCz\$ 7,9 mil. Nas funções de nível intermediário, os rendimentos irão variar de NCz\$ 2,2 mil a NCz\$ 4,1 mil. Os cargos auxiliares terão salários entre NCz\$ 1,5 mil e NCz\$ 2,8 mil. (O Dia, 27/10/89)

Correção do FGTS pode chegar a 86%

As contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) serão corrigidas no próximo dia 1º de novembro com base na correção monetária dos meses de setembro e outubro. A determinação foi baixada dia 25 pela Caixa Econômica Federal (CEF), gestora do Fundo, a todos os bancos depositários, em cumprimento à lei que ordenou a correção mensal das contas.

Caso a inflação de outubro fique em torno dos 37% estimados, isso significa que os saldos vão aumentar cerca de 86,2% no próximo dia primeiro. O trabalhador que pretende sacar o Fundo deve, portan-

to, esperar até lá antes de fazê-lo.

A última correção foi creditada em primeiro de setembro, quando ainda era trimestral. Embora a Medida Provisória 90 - baixada em setembro, e posteriormente substituída pela lei - tenha determinado a correção mensal, a CEF não pôde fazer o crédito no início desse mês porque não estava definida a data de aniversário das contas, fixada depois como sendo o dia 1º de cada mês.

A determinação da Caixa fica valendo até que a matéria seja regulamentada pelo Conselho Curador do Fundo. (O Globo, 26/10/89)

Governo aprova pagamento até dia 5

O Presidente José Sarney aprovou a antecipação da data-limite para o pagamento dos salários, que passou para o quinto dia útil de cada mês, mas vetou o dispositivo que, no texto votado pelo Congresso, ressarcia os trabalhadores em caso de atraso.

O empregado só terá direito a receber o salário em dobro, corrigi-

do monetariamente, se o contratante não obedecer o prazo de 10 dias, a contar da notificação, para quitar os contratos rescindidos. Para derrubar os vetos do Presidente o Congresso precisará de votos de dois terços dos parlamentares, reunidos em sessão conjunta na Câmara dos Deputados e do Senado. (O Globo, 26/10/89)

Xavante não querem ceder área ao Exército

Um grupo de 502 índios Xavante, dos 1.200 que vivem na reserva de São Marcos, localizada na região do Vale do Araguaia, no Leste de Mato Grosso, assinaram documento dirigido ao presidente José Sarney protestando contra o Decreto 97.596, de 30 de março deste ano, que cede parte do território Xavante, para o Exército. Na semana passada, dois líderes Xavante, José Maria e José Soropré, foram a Brasília tentar entregar o documento ao presidente, mas só conseguiram

entregá-lo ao presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, que ficou de encaminhá-lo ao presidente. Outra cópia foi entregue ao ex-deputado Mário Juruna.

O Decreto 97.596 foi assinado pelo presidente José Sarney um ano após o Decreto 95.859. Juntos, eles repassam 6,2 milhões de hectares de terras ao Exército, a maior parte na região amazônica. Além da reserva de São Marcos, pelo decreto 97.596 foi atingida ainda parte dos territórios dos índios Waimiri-

Atroari, próxima à usina hidrelétrica de Balbina, dos Tikuna, no Alto Solimões, e dos índios Paumi, na reserva Peneri-Tacaquiri, na região do Rio Purus, todos no estado do Amazonas.

No documento, os Xavante advertem que não aceitarão, "em nenhuma hipótese", qualquer interferência sem serem consultados sobre a necessidade da unidade militar na área. E argumentam: "Nós somos criminosos, assaltantes, desordeiro social". (JB, 26/10/89)

Índios de Iauaretê querem a defesa de suas terras

Os índios de Iauaretê estão dispostos a defender suas terras até às últimas consequências, conforme afirmam em carta aberta divulgada pela Colab - Comissão Permanente das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. A reação dos índios daquela área indígena que fica na região da "Cabeça do Cachorro", no alto rio Negro (AM) está sendo provocada pela tentativa do Exército Brasileiro de reduzir suas terras e demarcá-las sob forma de "colônias indígenas", em completo desrespeito à Constituição. O teor da carta divulgada pela Colab é o seguinte:

Carta aberta

As comunidades indígenas Urubuquara, Ipanoré, Nova Esperança, São Francisco, Marabitaná, São José, São Luis, Paraná-Jucá, Juquirá, Aracu e suas organizações indígenas Unidi, Acitrut e Folm, comunicam às demais comunidades indígenas, às autoridades e ao povo em geral que não permitirão a demarcação de colônias indígenas" e defendendo até as últimas consequências os direitos conquistados na Constituição de terem suas terras demarcadas como áreas indígenas contínuas (Art. 231) e por esse motivo os 105 tambores de querosene e gasolina de aviação, que, segundo fomos informados, estão sendo transportados para

Iauaretê para a demarcação de colônias, ficarão retidos no porto de Urubuquara até que chegue uma autoridade e justifique diante de todo o povo indígena da região o uso desse combustível e diga quem autorizou esse tipo de demarcação.

Outrossim, aproveitamos a oportunidade para protestar contra a maneira autoritária do ministro do Exército de determinar o asfal-

mento da estrada Ipanoré-Urubuquara, sem sequer consultar anteriormente as duas comunidades indígenas, em cujos pátos passará a referida estrada.

Urubuquara, 26 de setembro de 1989.

A carta foi assinada por 25 lideranças indígenas das comunidades indígenas de Iauaretê. (A Crítica, 05/10/89)

Justiça quer investigar atos da Funai

O subprocurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi, pediu dia 25 ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, a abertura de inquérito "com vista à propositura de eventual ação penal" contra os ex-presidentes da Funai Paulo Moreira Leal e Romero Jucá Filho. Os dois são acusados de permitir a construção de uma estrada de 38 km e a exploração de minério dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari, no extremo norte do Brasil, entre Amazonas e Roraima.

Na gestão de Leal, o contrato para a construção da estrada foi assinado com a empresa Timbó Indústria de Mineração e depois revogado. Mais tarde, Jucá renovou "por tempo indeterminado" o

mesmo contrato já revogado. Em seguida, fez acordos com empresas do grupo Paranapanema, "obrigando-se antecipadamente a permitir atividades de mineração na reserva" mediante o pagamento de royalties.

De acordo com o subprocurador, tudo foi feito "à revelia da legislação indígena e minerária". O contrato para a construção da estrada foi assinado contra "todos os pareceres técnicos" emitidos pela assessoria da Funai.

Muzzi encaminhou também um relatório à Funai solicitando a interdição "imediate" da estrada construída pela Timbó e a nulidade dos contratos assinados pelos ex-presidentes. (Folha de São Paulo, 26/10/89)

Funai diz que vai desocupar área Yanomami

Os garimpeiros que ocupam a área dos índios Yanomami, entre o Estado do Amazonas e Roraima, deverão ser retirados da reserva dentro de 15 a 60 dias. A informação é do superintendente regional da Funai em Manaus, Francisco Eugênio dos Santos. A ação de retirada está em planejamento, segundo Santos, que é coordenador da operação. Ele adianta, no entanto, que ela só será executada com a garantia de que "não provocará conflitos sociais".

Cerca de 20 mil índios habitam os mais de 9 milhões de hectares. Entre 30 mil e 40 mil garimpeiros estão nas áreas conhecidas como Paapiu e Serra do Surucucu, todas dentro da reserva dos Yanomami.

No último dia 20, o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal em Brasília, Novély Vilanova, concedeu liminar ao Ministério Público Federal determinando a interdição dos 9 milhões de hectares da reserva. A área havia sido reduzida por decreto presidencial a 2 milhões de hectares. A

medida determinava também a retirada dos garimpeiros das terras Yanomami.

A diminuição das terras foi contestada pelos procuradores da República Eugênio José Guilherme de Aragão e Deborah Duprat de Brito Pereira. Ambos alegaram que a área dividida em 19 reservas, é imemorial dos Yanomami, pertencente ao grupo mesmo sem que tenha sido feita a demarcação. (Folha de São Paulo, 25/10/89)

Ação pela Cidadania pede cumprimento da decisão judicial

Os integrantes da Ação pela Cidadania, entregaram uma carta, dia 26, ao ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, na qual pedem urgência ao cumprimento da interdição da área indígena dos Yanomami. A íntegra da carta é a seguinte:

Os membros da Ação pela Cidadania, conscientes do apoio de suas organizações à causa da sobrevivência dos povos indígenas, especialmente dos Yanomami, constatarem publicamente a urgência de que seja cumprida a decisão judicial de 20 de outubro de 1989, em favor da interdição da área indígena e da desocupação e retirada dos garimpeiros que nela, atualmente, se encontram.

Há três pontos da maior importância para a consolidação do regime democrático e para o respeito de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana.

O primeiro ponto está na necessidade de que a recente liminar do poder judiciário, que reconhece o direito dos Yanomami à recuperação de suas terras, seja imediatamente cumprida pelo Poder Executivo, sem o que haverá grave

lesão da ordem democrática.

O segundo ponto está na exigência de se garantir a continuidade do território Yanomami, sem o qual será impraticável a sobrevivência e promoção da cultura da população indígena.

O terceiro ponto é consequente. Trata-se da urgência em efetivar, de modo condigno, a retirada dos garimpeiros da área Yanomami. Deverão, assim, ser quanto antes aplicadas as medidas que impeçam a entrada de novos garimpeiros, como o fechamento dos campos de pouso e as que viabilizam a saída da área.

É indispensável, para isso, a busca de soluções para assegurar o retorno dos garimpeiros às regiões de origem, a abertura de frentes de trabalho, e outras medidas, com os devidos recursos públicos.

Dada a urgência dessas iniciativas, será preciso o esforço conjunto dos vários setores do governo.

As Associações que compõem a Ação pela Cidadania dispõem-se a colaborar para a efetivação desta liminar e, nesse sentido, já pediram audiência à Presidência da

República e aos Ministros mais ligados à questão. Convocam, outrossim, as forças vivas da sociedade, não só para reconhecerem o mérito e a premência da decisão judicial, mas para oferecerem seu apoio à liberação da área indígena e garantia de condições dignas de vida para os garimpeiros que deixam a região.

Senador Severo Gomes

Presidente do Conselho Federal da OAB - Ophir Cavalcante
Deputada Federal - Rose de Freitas

Deputada Federal - Moema Santiago

Deputado Federal - Plínio de Arruda Sampaio

CCPY - Abel Barros Lima

UNI - Marcos Terena

ABI - Carlos Chagas

NDI - Márcio Santilli

CEDI - Carlos Alberto Ricardo

CIMI - Julio Gaiger

CNBB - D. Luciano Mendes de Almeida

CNBB - D. Afonso Felipe Gregory

CRB - Pe. Edenio Reis

Brasília, 26 de outubro de 1989.